



O pluralismo religioso como paradigma teológico

Religious pluralism as theological paradigm

Adriano Sousa Lima

Doutorando em Teologia na Pontifícia Universidade Católica do Paraná PUC-PR
Presbítero na Assembleia de Deus em Curitiba – PR

Resumo:

O presente artigo reflete sobre o paradigma teológico do século XXI: o pluralismo religioso. No atual momento em que vivemos (especialmente no Brasil), em nenhuma área teológica temos autorização de produzir teologia sob paradigmas exclusivistas, fechados e sectários. O autor defende a tese de que a teologia precisa definitivamente assumir o paradigma do pluralismo religioso, caso não queira tornar irrelevante seu discurso.

Palavras-chave: Teologia. Pluralismo. Paradigma.

Abstract:

This article reflects on the theological paradigm of the XXI century: religious pluralism. At the current time we live (especially in Brazil), in anyone theological area we have authorization to produce theology under exclusive, closed and sectarian paradigms. The author defends the thesis that theology must definitely take the paradigm of religious pluralism, if they do not want to become irrelevant their speech.

Keywords: Theology. Pluralism. Paradigm.

Introdução

Paradigma, como nos tornou familiar Thomas Kuhn, é um conceito proveniente do mundo das ciências. Um modelo global, a pré-compreensão segundo a qual se auto-organiza o conjunto. Conforme foi dito no capítulo anterior, o paradigma do pluralismo está operando na cultura em geral, portanto nas religiões, entre elas, o cristianismo e também na teologia. Nesse momento, a presente reflexão quer fundamentar o pluralismo religioso como paradigma da teologia a partir da concepção do teólogo católico Claude Geffré. Este afirmou que “não há teologia fora de uma inscrição na história e na cultura”.¹ Já o teólogo protestante Paul Tillich na última conferência antes da sua morte, em 12 de outubro de 1965, expressou o desejo de reescrever sua Sistemática sob o paradigma do pluralismo religioso.

¹ GEFFRÉ, Claude. *De Babel a Pentecostes*. São Paulo: Paulus, 2013. p. 27.

Ao refletir sobre as vitalidades das religiões não cristãs, Geffré lembra que é preciso perguntar se a mesma se deve simplesmente à cegueira e ao pecado dos seres humanos, a certo fracasso da missão cristã, ou se este pluralismo religioso corresponde a uma vontade misteriosa de Deus.² O pluralismo religioso é um sinal dos tempos, uma criação divina.³ O pluralismo religioso é como um destino histórico permitido por Deus cujo significado último nos escapa.⁴ Dito assim é preciso afirmar o pluralismo religioso como novo paradigma da teologia do século XXI, paradigma esse da qual a reflexão cristã não pode escapar.

O fundamentalismo como desafio ao novo paradigma

O novo paradigma que emerge com cada vez mais força no horizonte da reflexão teológica sempre enfrentou desafios ligados ao fundamentalismo. A presença desse fenômeno no universo teológico não pode mais ser desconsiderada e exige como nunca uma abordagem intelectual sincera e consistente. Seguindo as intuições do teólogo dominicano francês Claude Geffré, serão apontados alguns traços característicos desse grupo.

De um modo geral, o termo fundamentalismo vem sendo vastamente empregado nos mais diversos ambientes e com uma pluralidade de significados. Nesse caso, a opção pelo termo no plural se justifica. Desde os fundamentalismos mulçumanos até os fundamentalismos americanos, que em sua corrente protestante criacionista se opõem veementemente à hipótese da evolução optando por uma interpretação literal do relato da criação⁵, tem se vivenciado muita violência.

Ainda uma rápida consideração sobre o termo é necessária. Embora sua origem histórica encontre-se no mundo religioso, é preciso destacar que sua abrangência na sociedade atual ultrapassa esse universo e ocupa o espaço da política, educação, economia, entre outros espaços seculares, levando consigo, na maioria das vezes, um traço marcadamente ideológico.

O nascimento do movimento fundamentalista se insere no centro da modernidade. A modernidade, por sua vez, tornou possível a consolidação do espírito crítico e da autonomia da consciência. O novo ambiente constituído de pessoas com consciência histórica veio definitivamente para ficar e se tornar uma realidade da qual a razão não mais poderia escapar.

A origem histórica do fundamentalismo remete à especificidade do fundamentalismo americano fundamentado no puritanismo e nos diversos movimentos de santidade ou despertar. Tais movimentos são próprios das igrejas protestantes, pentecostais e batistas. De acordo com Geffré, aqui está a própria origem da palavra fundamentalismo.⁶ O outro caminho que o mesmo teólogo aponta como fator importante para o conhecimento do fundamentalismo foi por ocasião da teoria darwinista. Geffré lembra que essa teoria era extremamente proibida nas escolas públicas, sendo ainda hoje motivo de debates bem acirrados, sobretudo no sul dos Estados Unidos. Por um lado, os

² GEFFRÉ, 2013, p. 135.

³ SUSIN, Luiz Carlos. Refletindo o percurso: um clamor e uma luz que vêm de toda parte. *Revista Internacional Concilium*, p. 09.

⁴ GEFFRÉ, Claude. *Crer e Interpretar*. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 136.

⁵ GEFFRÉ, 2004, p. 83.

⁶ GEFFRÉ, 2004, p. 87.

fundamentalistas ensinavam a teoria criacionista, que Deus criou o mundo em seis dias e no sétimo descansou, destacando que no sexto dia foi criado o homem e de sua costela a mulher, contrariando a teoria darwinista que acredita que o homem e a mulher são evoluções de um ancestral comum com os macacos, do *homo sapiens*. Não custa lembrar que esses debates ainda continuam acirradíssimos e em alguns ambientes protestantes e pentecostais, tanto americanos como brasileiros, a teoria darwinista é terminantemente inaceitável.

Após uma pequena síntese do surgimento histórico, é importante destacar algumas definições de fundamentalismo e alguns de seus traços característicos. O teólogo brasileiro Leonardo Boff apresenta uma definição para o conceito e diz:

Não é uma doutrina. Mas uma forma de interpretar e viver a doutrina. É assumir a letra das doutrinas e normas sem cuidar de seu espírito e de sua inserção no processo sempre cambiante da história, que obriga a contínuas interpretações e atualizações, exatamente para manter sua verdade essencial, fundamentalismo representa a atitude daquele que confere caráter absoluto ao seu ponto de vista.⁷

Nesse caso, o fundamentalista é alguém interessado em guardar a letra da doutrina, no entanto, a menos que seja com a finalidade de manter sua verdade essencial, tal doutrina não precisa e nem deve ser atualizada para que não se tenha o risco de perder sua originalidade. Portanto, o fundamentalista acredita que as outras pessoas só poderão chegar ao conhecimento da verdade se trilhar seus caminhos. O próximo passo de tal compreensão é a intolerância e o desprezo de quaisquer outras maneiras de compreender a verdade, seguidas de violência e desrespeito.

A questão do livro está em jogo no fundamentalismo. A relação entre escritura como palavra de Deus e escritura como obra de um autor humano situado historicamente é uma questão central.⁸ Pace e Stefani lembram que a constante referência ao livro demarca a prática fundamentalista.⁹ Os autores citam ainda quatro princípios essenciais para caracterizar esse fenômeno. São eles: o princípio da inerrância, o princípio da astoriedade, o princípio da superioridade e o primado do mito da fundação da identidade de um grupo.¹⁰ Tais princípios mostram a importância que os fundamentalistas dedicam ao livro sagrado. A expressão da reforma *Sola Scriptura* é levada muito a sério e compreendida na sua literalidade. Destaca-se ainda em tempos contemporâneos a fidelidade desse movimento ao princípio de inerrância e infalibilidade das escrituras.

No campo católico, o fundamentalismo é conhecido como integrista ou integralista. O termo “integrista” surge no final do século XIX, na Espanha, a fim de designar uma corrente política que pretendia com certo catolicismo intransigente e recusava qualquer tipo de separação entre profano e sagrado, entre laico e confessional.¹¹ O termo evoca uma rejeição integral ao

⁷ BOFF, Leonardo. *Fundamentalismo: a globalização e o futuro da humanidade*. Rio de Janeiro: Sextante, 2002. p. 25.

⁸ GEFFRÉ, 2004, p. 84.

⁹ PACE, E. STEFANI, P. *Fundamentalismo religioso contemporâneo*. São Paulo: Paulus, 2002.

¹⁰ PACE, 2002, p. 20-21.

¹¹ FOUILLOUX, Etienne. *Integrismo católico e direitos humanos. ACAT, fundamentalismos, integrismos*. São Paulo: Paulinas, 2001.

liberalismo teológico, por isso, no final do século XIX, a igreja vai se posicionar contra a modernidade. Por volta do ano de 1864, o então papa Pio IX publica um conjunto de sentenças contra o mundo moderno. Já no ano de 1962, começa o Concílio Vaticano II, que seria mais tarde considerado como um dos principais concílios da história da igreja. Após esse concílio, a igreja católica adotou certos valores modernos que haviam sido proibidos alguns anos antes nas sentenças de Pio IX. Como era de se esperar, a reação de algumas autoridades (fundamentalistas?) foi imediata (o caso de dom Lefébvre).

Conforme Boff, o movimento integrista católico pode ser dividido em duas partes. O fundamentalismo doutrinário e o fundamentalismo ético-moral. O primeiro sustenta que a única igreja de Cristo é a igreja Católica, sendo que as demais igrejas possuem apenas elementos da verdadeira. Para esse integrismo, o catolicismo é única religião verdadeira. O fundamentalismo ético-moral se caracteriza por orientar de forma fechada e conservadora a vida dos seus fiéis.¹² Esse é um ponto que caracterizou o pontificado tanto de João Paulo II como de Bento XVI. O atual papa (Francisco), no entanto, dá a entender que vai trilhar caminhos diferentes. Em recente entrevista concedida ao padre Antonio Spadaro, diretor da *Revista La Civita Católica*, o pontífice afirmou:

Não podemos insistir somente sobre questões ligadas ao aborto, casamento homossexual e uso dos métodos contraceptivos. Isto não é possível. Eu não falei muito dessas coisas e censuraram-me por isso. Mas quando se fala disto, é necessário falar num contexto. De resto, o parecer da Igreja é conhecido e eu sou filho da igreja, mas não é necessário falar disso continuamente.¹³

Para Geffré, a diferença entre o fundamentalismo centrado nas Escrituras e o integrismo é que

No caso do fundamentalismo escriturístico, haverá uma certa sacralização da letra da Escritura como testemunha fiel da palavra de Deus; no caso do integrismo doutrinário haverá uma quase sacralização da tradição dogmática da Igreja e uma recusa do que o Vaticano II chamava *hierarquia das verdades*, e portanto a vontade de colocar no mesmo plano todos os ensinamentos da Igreja, quer se trate dos ensinamentos que dizem respeito à fé como tal ou de um certo número de doutrinas que dependem mais de uma certa tradição teológica católica.¹⁴

O fundamentalismo católico vem sendo superado aos poucos. Algumas coisas mudaram desde o Concílio Vaticano II. O fundamentalismo da ética-moral ainda permanece com vigor, mas o fundamentalismo da Escritura vem aos poucos perdendo espaço, muito embora continue firme e forte em alguns ambientes. Ainda com o papa Pio XII, o magistério reconhecia a legitimidade do discernimento dos gêneros literários na Escritura.¹⁵

Seguindo as intuições apresentadas por Geffré sobre o fundamentalismo, sobretudo na teologia católica, o teólogo da ordem dos pregadores explora as causas do fundamentalismo em três

¹² BOFF, 2002.

¹³ Disponível em:

http://www.vatican.va/holy_father/francesco/speeches/2013/september/documents/papa-francesco_20130921_intervista-spadaro_po.html> Acesso em: 09 out. 2013.

¹⁴ GEFFRÉ, 2004, p.88-89.

¹⁵ GEFFRÉ, 2004, p. 96.

direções, sendo elas: o contragolpe da renovação bíblica, uma experiência de conversão e uma necessidade angustiante de certeza.¹⁶

A primeira causa, o contragolpe da renovação bíblica, segundo Geffré, serviu para contrabalançar o entusiasmo que era vivenciado em torno da redescoberta do texto bíblico. Foi mais precisamente após a segunda guerra mundial que os católicos encontraram importância na leitura do texto bíblico. Geffré chama atenção para o fato de tal despertar ter acontecido justamente antes do Vaticano II.¹⁷ A possibilidade de redescobrir Deus a partir dos atos e da vida de Jesus era uma possibilidade de libertação para muitos fiéis.¹⁸

No entanto, nas palavras do próprio Geffré, “o fundamentalismo pode ser um efeito paradoxal na renovação da leitura bíblica e de uma primeira iniciação a uma leitura crítica dos textos”¹⁹, o que, para alguns, foi possibilidade de libertação e redescobrimto, para outros, ler a Escritura de forma crítica, tornou-se pedra de escândalo pelo fato do preconceito não crítico sobre a inerrância da Escritura inspirada por Deus. Essa é a razão de Geffré vincular o fundamentalismo a uma segunda causa, fenômeno que o autor denomina de “experiência de conversão”.

A terceira direção que Geffré aponta como causa do fundamentalismo é “uma necessidade angustiante de certeza”.²⁰ É por um lado a busca incessante de um fundamento seguro e, por outro, o medo de refugiar-se em uma fé que tivesse perdido seus motivos de credibilidade. Geffré acredita que reside aqui um desconhecimento do caráter teológico da fé.²¹ Ele evoca Santo Tomás, para quem o motivo formal para crer é Deus mesmo se revelando. Finalmente, completa Geffré, “o motivo para crer é de ordem sobrenatural”.²²

Após algumas observações sobre origem, definição e causa do movimento fundamentalista, é bastante perceptível que tal movimento constitui grande desafio para o paradigma emergente, o paradigma do pluralismo religioso. É necessária uma nova relação com o texto sagrado. Entre o fato Jesus Cristo e os evangelhos aconteceu uma narrativa oral.²³ Para que se tenha uma compreensão mais profunda do texto, é preciso nova articulação.

A Escritura para Geffré é necessariamente plural. Nos textos sagrados há diversidades de pontos de vistas bem como diversidades de teologias e ambas são simplesmente consequências das necessidades da comunidade, dos ouvintes, da origem e da personalidade do autor.²⁴ A comunidade é uma comunidade interpretante, e no cristianismo “os próprios textos já são uma interpretação que nos leva hoje a um novo ato de interpretação”.²⁵

¹⁶ GEFFRÉ, 2004, p. 96.

¹⁷ GEFFRÉ, 2004, p. 97.

¹⁸ GEFFRÉ, 2004, p. 98.

¹⁹ GEFFRÉ, 2004, p. 98.

²⁰ GEFFRÉ, 2004, p. 101.

²¹ GEFFRÉ, 2004, p. 102.

²² GEFFRÉ, 2004, p. 103.

²³ GEFFRÉ, 2004, p. 112.

²⁴ GEFFRÉ, 2004, p. 114.

²⁵ GEFFRÉ, 2004, p. 113.

Portanto, é preciso reconhecer que a mensagem de Jesus Cristo foi guardada no formato de narrativa oral e só posteriormente, em outro momento histórico, foi escrita por essa mesma comunidade. Consciente desse fato, a religião cristã deve aceitar a narrativa dos evangelhos como plural, superando definitivamente o fundamentalismo que já causou tanto mal. O pluralismo, que foi (e ainda é) odiado pelos fundamentalistas, está se tornando cada vez mais uma realidade também dentro da Igreja, seja nas denominações Batista ou Presbiteriana dos anos 1920, seja no catolicismo depois dos anos 1960 e no final do Concílio. E o melhor, ao contrário do que imaginavam e pregavam os fundamentalistas, a possibilidade de interpretações multifacetadas no texto sagrado é um desígnio traçado pelo próprio Deus.

Modelos paradigmáticos de fazer teologia

Nesse momento, convém apresentar de forma sucinta alguns paradigmas em que se produziu teologia ao longo dos séculos. Os paradigmas escolhidos (exclusivismo, inclusivismo e pluralismo) foram adotados por alguns autores, que temos como referência, mas, foram bastante criticados por outros autores. Os críticos acentuam que a utilização de modelos acaba por colocar a experiência das relações entre religiões em uma camisa de força, pois modelos não dão conta das mais variadas possibilidades de relações. Sem ter a intenção de fazer o desdobramento aprofundado de cada modelo (não é esse o objetivo), apresentam-se apenas alguns traços característicos de cada um dos três modelos porque mesmo tendo em conta as objeções e os riscos, continuam a ser úteis quando mantidos dentro de objetivos analíticos específicos, que é o nosso caso.

O principal paradigma em que se produziram as bases da teologia cristã foi o paradigma exclusivista. Este foi até o início do século XX o paradigma por excelência. Com raras exceções, o exclusivismo dominou a reflexão teológica na maior parte da história do cristianismo. A partir da sentença *Extra Ecclesiam nulla salus* (Fora da Igreja não há salvação), a teologia cristã pensava todos os outros temas teológicos. O axioma atribuído a São Cipriano foi assumido pelo Concílio de Florença em 1442 em seu decreto sobre os Jacobitas. As palavras expressas em Florença, pela força como foram proferidas, devem ser citadas aqui. O Concílio

Firmemente crê, professa e ensina que ninguém daqueles que se encontram fora da Igreja Católica, não somente pagãos, mas também os judeus, os hereges e os cismáticos, poderão participar da vida eterna. Irão ao fogo eterno que foi preparado para o diabo e seus anjos (Mt 25,4), a menos que antes do término de sua vida sejam incorporados à Igreja. Ninguém, por grandes que sejam suas esmolas, ou ainda que derrame sangue por Cristo, poderá salvar-se se não permanecer no seio e da unidade da Igreja Católica (DS 1351).

Ainda no paradigma exclusivista, agora mais específico na teologia católica, o Papa Pio IX (1846-1878) afirmou algo interessante para essa pesquisa. Disse Pio IX:

[...] esta ímpia e nociva ideia: que o caminho da salvação eterna pode ser encontrado em qualquer religião. Certamente devemos manter que é parte da fé que ninguém pode salvar-se fora da Igreja Apostólica Romana, que é a única Arca da Salvação, e quem não entra nela vai perecer no dilúvio. Entretanto, devemos da mesma maneira defender como certo

que aqueles que se esforçam na ignorância da fé verdadeira, se esta ignorância é invencível, nunca serão acusados de nenhuma culpa por isso ante os olhos do Senhor.²⁶

O paradigma exclusivista na teologia cristã era exposto de forma clara. Só é admissível a salvação real e verdadeira no cristianismo. Apenas essa religião foi instituída pelo próprio Deus. Somente ela possui na sua mão a revelação verdadeira. Por conseguinte, qualquer outra religião está fora da verdade, da salvação e do acesso à revelação. As religiões não cristãs são deficientes, aberrantes, demoníacas, e devem ser eliminadas para que o cristianismo triunfe.²⁷

Embora esse modelo paradigmático tenha sido abandonado quase definitivamente, é necessário lembrar que ainda permanece em algumas Igrejas fundamentalistas pentecostais. O teólogo protestante mais influente do século XX foi sem dúvida Karl Barth, que é um dos responsáveis pela expansão do exclusivismo no campo protestante.²⁸ Ainda no século XXI, é possível encontrar indivíduos que, imaginando ser a sua religião a única verdadeira, demonizam as outras expressões religiosas. Em se tratando do Brasil, o caso emblemático de alunos evangélicos que se recusaram a fazer um trabalho escolar sobre a cultura afro-brasileira alegando questões religiosas, corrobora essa lamentável afirmação.²⁹

Segundo Vigil, não pode passar despercebido o fato de que o cristianismo

Durante quase 98% do período de sua existência, tenha pensado e afirmado, formal e oficialmente, de um modo consciente, solene, beligerante e até insolente, que as outras religiões estão fora da salvação. Não foi um erro pequeno de cálculo, nem foi equívoco de um momento, opinião de um setor majoritário ou simples erro num campo de menor importância. Foi um erro majestoso acerca de si mesmo e acerca do próprio Deus, que comprometeu a Igreja como conjunto e a seus órgãos diretivos mais altos, e de um modo contínuo. Foi um erro pelo qual anatematizamos muitas pessoas e depreciamos povos, culturas e religiões inteiras.³⁰

O modelo exclusivista, por todas as maldades que já causou, deve ser definitivamente eliminado, embora o documento *Dominus Iesus* tenha sido produzido sob esse modelo. A pedra exclusivista onde o cristianismo tropeçou por muitos séculos talvez seja uma das razões proeminentes do seu insucesso na missão. Esta passa pelo diálogo, reconhecimento e aprendizado mútuo. Parafraseando o eminente teólogo espanhol Andrés Torres Queiruga, quando se examinam de perto as riquezas de outras religiões, como o budismo, hinduísmo ou mesmo a grandeza de Zaratustra, já não se pode mais continuar crendo que tudo fora da religião cristã são trevas ou que são de origem diabólica.³¹ No que diz respeito ao paradigma exclusivista, o melhor que a religião cristã pode fazer é não utilizá-lo nunca mais.

²⁶ Citado em VIGIL, José Maria. *Teologia do Pluralismo religioso. Para uma releitura pluralista do cristianismo*. São Paulo: Paulus, p.74.

²⁷ KNITTER, Paul. *Introdução à Teologia das Religiões*. São Paulo: Paulinas, 2008.

²⁸ KNITTER, 2008, p. 45.

²⁹ Disponível em:

http://acritica.uol.com.br/noticias/Amazonas-Manaus-Cotidiano-Polemica-alunos-professores-trabalho-escolar-afro-brasileiro-evangelicos-satanismo-homossexualismo-espirtismo_0_808119201.html Acesso em 14/10/2013

³⁰ VIGIL, 2006, p.76.

³¹ QUEIRUGA, Andrés Torres. *O diálogo das religiões*. São Paulo: Paulinas, 1997.

O inclusivismo aparece como novo modelo paradigmático para a teologia em meados do século XX. É a posição segundo a qual ainda que a verdade e a salvação estejam plenamente presentes numa determinada religião também se fazem presentes de modo mais ou menos deficientes ou imperfeitos nas outras religiões, todavia como participação na verdade presente na única religião verdadeira.³² No caso específico da teologia cristã, o inclusivismo cogita a possibilidade de que as religiões possam desempenhar um papel na salvação da raça humana, um papel preparatório para o Evangelho de Cristo.

A teologia católica deu o salto paradigmático rumo ao inclusivismo. Alguns anos antes do Concílio Vaticano II circulava nos meandros católicos a teoria do cumprimento, segundo a qual, para todas as religiões, o cristianismo vem a ser seu cumprimento, ou seja, sua consumação, sua plenitude.³³ De acordo com esse modelo, apesar de as outras religiões continuarem sendo naturais, elas exercem a função de preparação para o acolhimento do evangelho. Apesar de ter avançado com relação ao exclusivismo, a teoria do cumprimento afirma que “ser preparação evangélica” é o máximo que pode se reconhecer nas religiões não cristãs.³⁴ Jean Daniélou é um dos grandes nomes dessa corrente. O mérito dessa corrente é não desvalorizar as religiões não cristãs como fazia Barth.

Seguindo ainda na concepção inclusivista, o teólogo alemão Karl Rahner elaborou a famosa teoria dos “cristãos anônimos”. Essa foi um pouco mais além e afirmou que as religiões não podem apenas ser consideradas como naturais, uma vez que possuem valores salvíficos positivos e, por meio delas, a graça de Cristo alcança seus membros. Nesse aspecto, fundamenta-se uma crença essencial: a misericórdia ilimitada de Deus é uma verdade fundamental em que não se podem fazer concessões.³⁵ Portanto, a ação salvadora de Deus alcança toda a história por meio da autocomunicação divina. Os que aceitam essa autocomunicação têm uma experiência original de Deus e entram para a categoria dos cristãos anônimos, independentemente de ser ateu ou mesmo de outra tradição religiosa. Ou seja, o ser humano pode ter uma experiência de Deus fora dos limites da igreja e da religião cristã. É sem dúvida um notável avanço.

A teoria dos “cristãos anônimos” foi aceita no Concílio Vaticano II. E, da mesma forma como foi destacado o texto de Florença sobre o exclusivismo, vale ressaltar o tímido, porém importante texto de *Nostra Aetate*, que diz:

A igreja católica nada rejeita do que nestas religiões [não-cristãs] há de verdadeiro e santo. Considera com sincero respeito os modos de agir e viver, os preceitos e doutrinas que, embora discordem em muitos pontos do que professa e ensina, não poucas vezes refletem um brilho daquela Verdade que ilumina todos os homens... por conseguinte, exorta a seus filhos que, com prudência e caridade, mediante o diálogo e a colaboração com os adeptos de outras religiões, dando testemunho da fé e da vida cristã, reconheçam, guardem e promovam aqueles bens e morais, assim como os valores socioculturais, que neles existem (NA, n 02).

³² VIGIL, 2006, p. 63.

³³ VIGIL, 2006, p.77.

³⁴ VIGIL, 2006 p. 78.

³⁵ KNITTER, 2008, p. 83.

Nos atos solenes do Magistério da Igreja Católica, é a primeira vez que a teologia cristã se pronunciava de forma positiva sobre as religiões não cristãs. Apesar do avanço, o texto conciliar *Nostra Aetate* é muito tímido se comparado à forma contundente e violenta do texto de Florença. No entanto, essa posição inclusivista é hoje a posição por excelência no cristianismo católico e protestante. A tese de Rahner, mesmo tendo sido um avanço, foi inicialmente criticada em primeiro lugar pelo seu discípulo Hans Küng, que a considerou uma forma de “conquistar mediante um abraço”. Mais recentemente, Paul Knitter consideraria a posição Rahneriana como uma forma de introduzir os não cristãos na igreja pela porta detrás.

Em terceiro lugar, tem-se o paradigma do pluralismo. Este é o modelo teológico segundo o qual todas as religiões participam da salvação de Deus, cada uma por si e a seu modo. Nesse caso, não existe uma única religião que esteja no centro do universo. No centro está apenas Deus, e todas as religiões, inclusive o cristianismo, gira ao redor dele.³⁶ Se no exclusivismo não há salvação fora da igreja e no inclusivismo não há salvação fora de Cristo, no pluralismo, só Deus salva. E, como já é consenso, Deus não pertence a nenhuma religião, mas deseja se doar ao máximo em todas elas.

O grande nome do paradigma pluralista é o teólogo britânico John Hick. No ano de 1973, o inclusivismo estava nos seus anos iniciais e Hick lança o livro *God and the Universe of Faiths. Essays in the Philosophy* e propõe uma “revolução copernicana” bem como um “novo mapa” do universo da fé. A audaciosa proposta do teólogo britânico propõe que o cristianismo é como uma religião a mais que gira em torno de Deus que está no centro. Para Hick, é preciso construir um novo mapa em cujo centro não esteja uma religião histórica e nem mesmo Cristo, mas apenas Deus. No modelo hickiano, a Igreja, Cristo, e as outras religiões giram em torno de Deus.

A ideia de tirar do centro a Igreja, o cristianismo ou qualquer outra religião histórica de fato não parece problema. A questão começou a dificultar quando Hick propõe que também Cristo não pode ser o centro. Apenas Deus está no centro. Embora Hick reconheça a existência das propostas teológicas que buscaram desenvolver aproximações mais abertas, como, por exemplo, a teoria rahneriana dos “cristãos anônimos”, a “pertença à Igreja invisível” e o “batismo de desejo”, ele as considera como teorias artificiais.³⁷

Conforme já deixamos claro, não vamos tratar de forma aprofundada dos três modelos paradigmáticos nessa parte, pois não é esse o objetivo. No entanto, é fundamental esclarecer alguns pontos fundamentais sobre esse modelo paradigmático. Não se pode ter uma conceitualização simplificada do pluralismo. Ele não pode ser visto simplesmente como um modelo contrário do exclusivismo, segundo o qual todas as religiões são idênticas. Dentro dessa questão, outra igualmente importante é a que o pluralismo não se define pela posição de John Hick. A posição deste está inserida em um conjunto de muitas outras posições pluralistas. Como afirma Vigil, “o pluralismo é maior que Hick e não depende dele”.³⁸

³⁶ VIGIL, 2006, p. 64.

³⁷ Cf. HICK, John. *Metáfora do Deus encarnado*. Petrópolis: Vozes, 2000.

³⁸ VIGIL, 2006, p. 88.

Por muitas vezes os detratores acusaram o pluralismo religioso de não respeitar a particularidade de cada religião, dizendo que todas as religiões são iguais. No entanto, essa acusação é desonesta. O paradigma pluralista sensato reconhece e afirma a particularidade de cada religião. Nas palavras do teólogo pluralista José Maria Vigil, esta posição

Reivindica uma igualdade básica das religiões, não um igualitarismo que queira fazê-las praticamente idênticas. O que é essa igualdade básica? Em essência, é a negação da possibilidade do inclusivismo. Ou seja, o paradigma teológico pluralista sustenta que as religiões são basicamente iguais, no sentido – é só neste sentido – de não ser apenas delas a única verdadeira ou a depositária da salvação, da qual todas as demais seriam devedoras, subsidiárias ou participantes, mas sim que todas ocupam um estado salvífico basicamente igual.³⁹

Portanto, é importante afirmar que o pluralismo aceita e reconhece as desigualdades das religiões concretas. Para o pluralismo, as religiões não são iguais, mas diferentes. Com isso, afirma-se a relatividade das formas religiosas e não o relativismo diante das religiões. Por reconhecer a relatividade de algo que foi indevidamente absolutizado, o pluralismo não cai no relativismo. Tais esclarecimentos são fundamentais para que se tenha uma compreensão honesta do que é e o que propõe esse modelo teológico.

Tendo apresentado de forma sucinta os três modelos clássicos de se fazer teologia, na sequência, apresentaremos o terceiro modelo, pluralismo religioso como o novo paradigma da teologia no atual século. Com as mudanças vivenciadas na história e com a vitalidade das grandes religiões, não é mais possível produzir teologia cristã sem levar em consideração as riquezas das outras tradições religiosas.

O pluralismo religioso como paradigma do século XXI

O teólogo Claude Geffré foi bastante influenciado pelo teólogo alemão Paul Tillich. Para desenvolver o método hermenêutico de fazer teologia, Geffré tem como base o método tillichiano de correlação. O método hermenêutico desenvolvido por Geffré capacitou-o a ter uma nova percepção do pluralismo religioso presente na atual sociedade. Se no primeiro momento a teologia era construída tendo como base um saber constituído e seguro, nos dias atuais, se faz teologia a partir de interpretação plural.

O nosso teólogo dominicano era muito preocupado com questões de teologia fundamental, e estava consciente de que, em décadas passadas, as questões da descrença moderna e a indiferença religiosa norteavam a produção teológica. No entanto, sob a inspiração de Paul Tillich, Geffré acredita que o pluralismo religioso é o novo paradigma da teologia.⁴⁰ Nas palavras do próprio teólogo,

Como já vimos, não há teologia sem tomar a sério a correlação entre experiência fundamental da primeira comunidade cristã, aquela que se traduziu nos textos fundadores do cristianismo, e nossa experiência histórica como homens e mulheres do século XXI.

³⁹ VIGIL, 2006, p. 88-89.

⁴⁰ GEFFRÉ, 2004, p.134.

Ora, nesta experiência histórica é preciso mencionar como um fato importante a questão do pluralismo religioso. É à luz deste pluralismo religioso que somos convidados a reinterpretar algumas verdades fundamentais do cristianismo. Se podemos falar legitimamente de uma virada hermenêutica da teologia, é em grande parte porque o pluralismo religioso exerce praticamente a função de um novo paradigma teológico.⁴¹

Para Geffré, as grandes tradições religiosas colocam questões cruciais ao cristianismo. Para esse autor, tais questões são mais temíveis do que as questões do ateísmo e da indiferença religiosa. Geffré faz uma pergunta fundamental: “como não cair num certo relativismo, como conciliar as exigências do diálogo e as exigências da fidelidade à unicidade do cristianismo entre as religiões do mundo?”⁴² Uma das possibilidades é tomando a palavra relativismo no sentido de relacional e não como sendo o contrário de absoluto. Nesse aspecto, a verdade cristã como hermenêutica da palavra de Deus é sempre relativa. Sobre a unicidade do cristianismo, diz Geffré que “não é nem uma unicidade de exclusão nem uma unicidade de inclusão. Trata-se de uma unicidade relativa em sentido relacional”.⁴³

A legitimidade das religiões começa a se desenhar com as afirmações positivas sobre as outras tradições religiosas proferidas no Vaticano II. Apesar da timidez dos pronunciamentos conciliares, ninguém pode negar que houve um grande avanço por um lado, e, por outro, a abertura de novos caminhos teológicos. A partir do encontro de Assis, ocorrido em 17 de outubro de 1986, compreende-se melhor a nova situação histórica da teologia cristã. O pluralismo religioso não deverá mais ser visto como ideologia que relativiza os valores absolutos e prejudica a fé da Igreja. Pelo contrário, nos dias atuais, quando sabemos melhor que o futuro do cristianismo não se coloca mais principalmente no Ocidente, o pluralismo religioso é o destino da Igreja.

O paradigma do pluralismo como questão teológica deverá ser o horizonte de toda reflexão sobre Deus, cristologia, eclesiologia e missão. O último concílio (Vaticano II) abriu caminhos fecundos para que a teologia cristã possa aos poucos ser uma teologia relacional, que dialogue de igual modo com outras teologias. O eurocentrismo da teologia cristã vem aos poucos dando lugar a uma reflexão policêntrica que pode ser terreno de fecundação mútua. O paradigma emergente do pluralismo religioso busca conscientizar a todos que não existe uma teologia universal, mas que todas as teologias devem dialogar entre si tendo como objetivo final a plenitude humana.

O pluralismo religioso está dividido em duas vertentes: o pluralismo de fato e o pluralismo de princípio. A primeira diz respeito à própria pluralidade ou diversidade de tradições religiosas existentes, todas elas. Tal diversidade existe de fato e não pode ser negada. No entanto, a existência desse pluralismo de fato leva o teólogo Claude Geffré a se questionar se “nós não somos convidados a pensar na possibilidade de um pluralismo de princípio que dependeria do próprio desígnio de Deus”.⁴⁴

⁴¹ GEFFRÉ, 2004, p. 131.

⁴² GEFFRÉ, 2004, p. 132.

⁴³ GEFFRÉ, 2013, p. 40.

⁴⁴ GEFFRÉ, 2004, p. 135.

O debate sobre a aceitação definitiva de um pluralismo de princípio diverge opiniões no universo da teologia. Entre os teólogos que defendem essa corrente, é possível encontrar grandes nomes como E. Schillebeeckx, J. Dupuis, M. Amaladoss, Roger Haight e Geffré. Para o teólogo brasileiro Mário de França Miranda, defensor de um pluralismo de fato, esse debate é secundário, visto que as religiões “não estão aí para completar o que faltou em Jesus Cristo, mas sim o que falta em nossa apropriação desta verdade última sobre Deus e sobre nós, que é inevitavelmente contextualizada e histórica”.⁴⁵ Geffré faz um questionamento que, devido à sua importância, merece ser citado:

A questão teológica que é preciso ser colocada é de se perguntar se essa vitalidade das religiões não cristãs é simplesmente devida seja à cegueira e ao pecado dos homens, seja a um certo fracasso da missão cristã, ou se esse pluralismo religioso corresponde a um querer misterioso de Deus.⁴⁶

Nas palavras citadas, podem se observar três questões interessantes: 1) As pessoas que pertencem às outras tradições religiosas são “cegas”, limitadas e fechadas à revelação divina?; 2) A Igreja cristã em sua missão não consegue anunciar o mistério trinitário com competência?; 3) Ou o pluralismo religioso é um querer misterioso de Deus, um desígnio de Deus para a humanidade? Apesar de ter consciência de que, no primeiro momento, a Bíblia faz um juízo pessimista sobre as outras religiões, Geffré acredita que a diversidade dos fenômenos religiosos deve ser afirmada à luz de textos neotestamentários. Com base em textos como I Tm 2,4 “Deus quer que todos os homens sejam salvos e cheguem ao conhecimento da verdade”; e em At 10, 34-35 “Verifico que Deus não faz acepção de pessoas, mas que, em qualquer nação, quem o teme e pratica justiça lhe é agradável”; Geffré vai optar pela terceira questão e afirmar que “o pluralismo religioso pode ser considerado como um desígnio misterioso de Deus cuja significação última nos escapa”.⁴⁷

Os dias atuais são desafiadores para a teologia cristã. Se “a atual crise do cristianismo é em grande parte uma crise de linguagem”⁴⁸, o paradigma do pluralismo religioso não admite linguagens desclassificadoras. É momento de sensibilidade e respeito pelas diversas tradições religiosas, que são caminhos constitutivos de salvação. Conforme Haight

Em nenhuma outra época as pessoas tiveram tanto senso da diferença dos outros, do pluralismo das sociedades, das culturas e das religiões, bem como da relatividade que isso implica. Já não é possível a centralidade da cultura ocidental, a supremacia de sua perspectiva, ou o cristianismo como a religião superior, ou o Cristo como o centro absoluto em relação ao qual todas as demais mediações históricas são relativas.⁴⁹

O pluralismo religioso é uma questão que a teologia cristã deverá encarar com muita seriedade. Não se trata apenas de “acrescentar um capítulo ao edifício solidamente construído da teologia clássica”⁵⁰, mas assumir o risco de reinterpretar os principais capítulos da teologia

⁴⁵ MIRANDA, Mário França de. As religiões na única economia salvífica. *Atualidade teológica*. Rio de Janeiro. Ano 6. n 10. Jan – Abr 2002.

⁴⁶ GEFFRÉ, 2004, p.135.

⁴⁷ GEFFRÉ, 2013, p.52.

⁴⁸ MIRANDA, Mário França de. *A salvação de Jesus Cristo: a doutrina da graça*. São Paulo: Loyola, 2004 p. 12.

⁴⁹ HAIGHT, Roger. *Jesus, símbolo de Deus*. São Paulo: Paulinas, 2003, p. 384-385.

⁵⁰ GEFFRÉ, 2013, p. 27.

cristã com a finalidade de dialogar com o mundo de hoje, respeitando a consciência autônoma e histórica de cada indivíduo. De acordo com Schillebeeckx, a teologia cristã precisa reconhecer que “a certeza inabalável de que continuamos possuindo a verdade, enquanto os demais estão errados, não é mais uma possibilidade”.⁵¹ Afinal, “a multiplicidade de religiões não é um mal que precisa ser removido, mas antes uma riqueza que tem de ser bem vinda e por todos desfrutada [...] Há mais verdade religiosa em todas as religiões juntas do que em uma religião determinada [...] isso se aplica também ao cristianismo”.⁵² Em perfeita sintonia, Geffré afirma que

A pluralidade das religiões, longe de ser um mal que é preciso progressivamente eliminar, pode contribuir para uma manifestação mais perfeita da riqueza multiforme do mistério de Deus. Mas encontramos imediatamente a objeção: será que isso não leva, necessariamente, a relativizar o cristianismo, que tem a pretensão de ser a única religião, visto que ele só tem sentido em relação à manifestação completa e definitiva de Deus em Jesus Cristo?⁵³

Para Geffré, a questão posta da manifestação de Deus em Jesus Cristo é de fundamental importância dentro do novo paradigma do pluralismo religioso. Ele critica os vários teólogos que buscam sacrificar o cristocentrismo em detrimento do teocentrismo. Para esse autor, não se pode aderir ao teocentrismo radical que exclui o cristocentrismo.⁵⁴ Mas é cabível a pergunta do outro lado da moeda: é possível produzir teologia a partir do paradigma do pluralismo religioso abraçado em um cristocentrismo radical que exclui o teocentrismo? Geffré busca uma dialética mais geral e afirma

Como já sugeri, em vez de apelar para um teocentrismo muito geral, é a partir da própria mensagem cristã, a saber a manifestação de Deus na particularidade histórica de Jesus de Nazaré, que se deve provar caráter não imperialista e necessariamente dialógico do cristianismo. É exatamente porque o cristianismo reivindica, a justo título, ser a religião da revelação final, que nenhum dos diversos cristianismos históricos, depois de vinte séculos, pode pretender definir a essência do cristianismo como religião da revelação última sobre Deus. Estamos, portanto, livres para negar o caráter absoluto do cristianismo como religião histórica.⁵⁵

A opção de Geffré é pelo pluralismo religioso de princípio e não apenas de fato. Ele opta por valorizar todas as tradições religiosas como estando dentro do misterioso desígnio de Deus. Nessa virada paradigmática, o pluralismo religioso querido e desejado por Deus admite que as outras tradições religiosas não são projeções das preparações de uma única verdade. Elas são simplesmente estatuto de uma verdade diferente. E é fundamental que haja por parte da revelação cristã o reconhecimento de que a própria revelação cristã é inadequada em relação à plenitude da verdade última que está unicamente em Deus.⁵⁶ Sem dúvida, não é uma empreitada fácil. Nas palavras de Teixeira, “trata-se de uma tarefa difícil, exigente e provocadora”.⁵⁷

⁵¹ SCHILLEBEECKX, 2008, p. 24.

⁵² SCHILLEBEECKX, p. 25

⁵³ GEFFRÉ, 2013, p. 73.

⁵⁴ GEFFRÉ, 2013, p.80

⁵⁵ GEFFRÉ, 2013, p. 37.

⁵⁶ GEFFRÉ, 2004, p.147

⁵⁷ TEIXEIRA, Faustino. O pluralismo religioso como novo paradigma para as religiões. *Revista Internacional Concilium*, n 319. Petrópolis: Vozes, 2007, p. 24-32.

Conclusão

Finalmente, o pluralismo religioso de princípio diz respeito à riqueza do mistério divino que não pode ser capturado somente por uma tradição religiosa. A diversidade cultural, por sua vez, reflete a beleza do ser humano como ser de criatividade, de modo que as diferentes religiões testemunham essa dimensão criativa na maneira de captar o mistério divino que transcende o humano. Por isso, é possível concordar com a belíssima afirmação de Dupuis: “o pluralismo religioso de princípio se fundamenta na imensidão de um Deus que é Amor”.⁵⁸ Logo, uma teologia que pretenda ser relevante precisa assumir sem rodeios o paradigma do pluralismo religioso, a fim de anunciar a mensagem genuinamente evangélica da “imensidão de um Deus que é amor”.

Referências

BOFF, Leonardo. *Fundamentalismo: a globalização e o futuro da humanidade*. Rio de Janeiro: Sextante, 2002.

FOULLOUX, Etienne. *Integrismo católico e direitos humanos*. Fundamentalismos, integrismos. São Paulo: Paulinas, 2001.

GEFFRÉ, Claude. *De Babel a pentecostes: Ensaio de teologia inter-religiosa*. Tradução de Margarida Maria Cicchelli Oliva. São Paulo: Paulus, 2013.

_____. *Crer e interpretar*. A virada hermenêutica da teologia. Petrópolis: Vozes, 2004.

_____. A crise da identidade cristã na era do pluralismo religioso. *Concilium*, n 311, p. 13-28. Petrópolis: Vozes, 2005.

_____. *Como fazer teologia hoje*. São Paulo: Paulinas, 1989.

HAIGHT, Roger. *Jesus, símbolo de Deus*. São Paulo: Paulinas, 2003.

HICK, John. *A Metáfora do Deus encarnado*. Petrópolis: Vozes, 2000.

KNITTER, Paul. *Introdução à Teologia das Religiões*. São Paulo: Paulinas, 2008.

MIRANDA, Mário França de. *A Salvação de Jesus Cristo*. A doutrina da graça de Deus. São Paulo: Loyola, 2004.

PACE, E. STEFANI, P. *Fundamentalismo religioso contemporâneo*. São Paulo: Paulus, 2002.

QUEIRUGA, Andrés Torres. *O diálogo das Religiões*. São Paulo: Paulinas, 1997.

⁵⁸ DUPUIS, Jacques. *Rumo a uma teologia cristã do pluralismo religioso*. São Paulo: Paulinas, 1999. p. 528.

SUSIN, Luis Carlos. Refletindo o percurso. Um clamor e uma luz que vem de toda parte. *Concilium*, n. 319 Petrópolis: Vozes, 2007.

TRACY, David. *A imaginação analógica*. – A teologia cristã e a cultura do pluralismo. [Tradução de Nélio Schneider]. São Leopoldo: Unisinos, 2006.

VIGIL, José Maria. *Teologia do pluralismo religioso*. Para uma releitura pluralista do cristianismo. São Paulo: Paulus, 2006.